“REPRESENTAÇÃO DE JERÔNIMO DE MENDONÇA FURTADO A SUA MAJESTADE.

ANO DE 1666

[*APUD GARCIA, 1939, P. 127-142*]

Jeronymo de Mendonça Furtado representa a V. M. no papel incluso os seus procedimentos no tempo que occupou o posto de Governador da Capitania de Pernambuco, e os excessos que cometteram os Officiaes da Camara da dita Capitania com o expulsarem do governo, mettendo a sua pessôa em prisão, e tomando-lhe toda a fazenda que tinha em sua casa, assim propria, como de partes, procedendo em tudo sem ordens de V. M., e de poder absoluto; levados e persuadidos da desafeição de alguns particulares, cujos nomes se declaram na dita relação; a qual V. M. deve ser servido de mandar ver, e ponderar o ahi proposto com a atenção que negocio de tanta consideração pede; porque confia o supplicante da grandeza, e justiça de V. M. lhe faça honras e mercês á correspondencia dos agravos na pessôa e perdas da fazenda que ha tido; e que contra os culpados no motim e levantamento se proceda com as demonstrações de castigo, que pelas Leis de V. M. é imposto em tal crime, que deve ser punido gravemente pela conservação da autoridade real de V. M., e para que se não continue por exemplo tão pernicioso semelhantes successos nas conquistas de V. M., pois deixando de ser punidos passará a mais o damno, que V. M., como Rei e Senhor, deve prover de remedio que possa evitar. (Com uma rubrica).

– Tem á margem o seguinte despacho: ‘Veja-se no Conselho Ultramarino, e consulte-se-me o que parecer. – Em Lix.a a 26 de Outubro de 1667, - REI’.

– Tem annexo o seguinte:

Senhor. – Sendo presente a V. M. os serviços que Jeronymo de Mendonça Furtado havia feito a V. M. com tão singular zelo da conservação e augmento da sua real Corôa, foi V. M. servido encarregar-lhe a occupação do Governo da Capitania de Pernambuco e suas annexas, do qual tomou posse nos primeiros de Março de 664. E logo em cumprimento das ordens de V. M., que lhe foram intimadas pelos Officiaes da Camara da Villa de Olinda, cabeça daquella Capitania, fez sua assistencia na dita

Villa: assim para que nella se continuasse a povoação que alli havia antes de occuparem os Hollandezes a dita Capitania, e se animassem os moradores a reedificar grandes propriedades de Casas, que com a entrada do Hollandez se tinham arrazado; como porque com a sua presença se obrigavam os Officiaes maiores da guerra, e os ministros e Officiaes de justiça a fazerem na dita Villa morada; e esta levava necessariamente os officiaes mechanicos, mercadores, e gente popular para se formar a dita povoação, como com effeito succedeu em breve tempo, e portanto foi esta resolução bem aceita dos moradores de toda a Capitania, e religiões, que nella ha de Padres da Companhia, ordem do Carmo, São Bento e São Francisco, as quaes todas têm grandes e sumptuosos conventos na dita Villa; e mais louvada nelle Jeronymo de Mendonça: porquanto os mais Governadores antecessores por seus respeitos particulares faziam morada na povoação do Recife: onde aos moradores de fóra, que vinham a seus negocios, e requerimentos se desacommodavam muito assistir, por não ser o lugar capaz; e por assim ser não havia nelle aquelles lugares publicos de casa de auditorio, e vereação, e praça de Pelourinho: o que tudo fez aparelhar com a decencia, e autoridade que convinha na Villa, antes com despesa da fazenda propria, com a qual assistia de ordinario o soccorro de Infantaria nos casos de falta nos effeitos, que muitas vezes succedia não estarem promptos para os soccorros, naquelle tempo determinado em que se costumavam fazer.

E sendo a ponte que atravessa o Rio do Recife a serventia unica e necessaria para a communicação de toda a Capitania se achou estar cahindo, no tempo em que elle Jeronymo de Mendonça entrou no Governo; e porque da sua ruina resultava com o detrimento dos moradores uma consideravel despesa de muitos mil cruzados, acudiu logo ao reparo de tal ponte, assistindo ás despesas da obra com a fazenda propria sem obrigar os moradores a contribuição alguma para este intento. Sendo que em outras occasiões, e com menos necessidade nos governos passados se havia lançado fintas de grandes quantias de dinheiro, sem se fazerem concertos tão proveitosos, como elle Jeronymo de Mendonça dispoz se fizessem, e com tão particular cuidado que assistia pessoalmente ás obras, não sendo de menos utilidade ao bem commum as que ordenou se fizessem na reedificação de um recolhimento de mulheres honestas, que na Villa de Olinda havia, o qual com a entrada dos Hollandezes foi arrazado, e se reparou de maneira que hoje é já habitado.

Ha tambem no dito Recife uma força chamada do Brum, que é a mais importante á defensa de toda a Capitania, por fechar a barra daquelle porto; e por tal a tinham fornecido, e reparado os Hollandezes com muito particular cuidado; porem faltou este tanto depois da restauração da dita Capitania que se achava no tempo em que elle Jeronymo de Mendonça entrou a governar quase toda arruinada, e com a artilharia desmontada; e da mesma maneira o estava outra força do mar, que fica em frente da sobredita; e uma plataforma que o Recife tem tambem para dentro de taes forças da parte da povoação; e ao reparo de tudo acudiu elle Jeronymo de Mendonça com assistencia pessoal, ordenando, e dispondo o que lhe parecia conveniente, segundo as experiencias que tinha da guerra; e sem que por todas estas despesas se

fizesse oppressão alguma aos moradores, nem estes contribuissem com fintas, como é costume em semelhantes casos.

Nos expedientes do governo politico se houve elle Jeronymo de Mendonça Furtado com não menor cuidado; porquanto zelava a justiça, a composição e concordia nas differenças que se offerciam entre os moradores; bom tratamento a todos, sem estragar ao respeito e autoridade conveniente ao posto de Governador nas partes ultramarinas; fazendo com que os mercadores e homens tratantes de mar em fora fossem pagos de suas dividas, sem dilações e demoras, por entender que estas atrapavam o negocio, e deminuiam o credito na Praça, e a faziam menos reputada; de que resultava não só prejuizo ao bem commum, mas á Corôa e Fazenda de V. M. Porem deste tão louvavel zelo tirou elle Jeronymo de Mendonça por gratificação o odio de muitos moradores, que eram os mais poderosos da dita Capitania, porque como estes de sua criação, e por costume eram dados a não satisfazer as dividas que contrahiam, extranharam ter governador que os obrigasse aos pagamentos; e assim machinaram e fulminaram contra elle Jeronymo de Mendonça a sua descomposição, tratando-a principalmente João Fernandes Vieira, com seus parentes e amigos, com vários pretextos; sendo a causa e motivo de seu odio o achar-se obrigado a satisfazer mais de 30.000 cruzados, que em Angolla, sendo Governador, com o poder do posto havia tomado em fazendas pertencentes a Luis de Mendonça Furtado, irmão dele Jeronymo de Mendonça, vindas da India, as quaes por seu justo valor importaram em mais de 60.000 cruzados; e não só a esta divida estava obrigado o dito João Fernandes Vieira, mas a outras que se podem contar por infinitas, porque é publico e notorio ser devedor de grandes sommas de dinheiro a muitas pessoas, como de fazendas, engenhos e terras, que traz usurpadas violentamente, porque com estas insolencias se tem feito poderoso, e rico, passando do mais humilde estado ao maior, sendo a sua condição machinar motins e levantes, ordenado tudo á sua conveniencia particular, porquanto por esta se deixou viver entre os Hollandezes, conformando-se com estes, não só nos costumes, mas na lei, faltando ás obrigações de christão, como é notorio; e depois por se ficar com a fazenda que tinha dos Hollandezes se passou ao exercito de V. M. com a capa de zelo, do qual houve tão pouca confiança, que se estendeu constantemente no tempo que era rei deste Reino o Senhor Rei D. João, que Deos haja, Pai de V. M., que o dito João Fernandes Vieira queria entegar aquella praça a algum dos Principes da Europa; e de proximo no tempo do governo de Francisco de Brito Freire, indo novas áquella Capitania que nas Capitulações das pazes de Hollanda se continha o serem pagos os Hollandezes de suas dividas e fazendas, com que se haviam levantado alguns daqueles moradores, receioso de que succedendo assim seria alcançado em dividas de consideravel importancia, fez espalhar cartas sem nome na dita Capitania para as Camaras e pessoas particulares das mais poderosas, nas quaes cartas dispunha, e admoestava a todos a se levantarem, querendo-os V. M. obrigar á aquella satisfação; e as ditas cartas foram presentes ao dito Governador e ao ouvidor, que então era o Dr. Lourenço de Azevedo Motta, e a muitas pessoas particulares.

Seja, Senhor, permittido esta digressão ainda que seja de materia alheia ao intento; pois se faz para informar a V. M. da condição de tão perverso vassallo, cujos

procedimentos escandalizam não só o Estado do Brasil, mas os Reinos estranhos; porque se compõe este sujeito das maiores maldades e mais abominaveis vicios, que podem vir á condideração, porquanto os latrocinios e violencias são sem conta, e do mesmo modo os homicidios, pois por qualquer descontentamento sem temôr de Deos, sem respeito ás justiças de V. M. tem mandado matar e acutilar a muitas pessoas, constituindo-se com o poder com que se acha em Regulo, sem subordinação nem respeito aos governadores; e porque elle Jeronymo de Mendonça o quiz fazer reconhecido das obrigações de vassallo de V. M. se entrou de odio para fulminar a descomposição que experimentou a sua pessoa e a Real autoridade de V. M.

Achou o dito João Fernandes Vieira disposto a este seu intento outro semelhante poderoso e igualmente insolente, o Mestre de Campo D. João de Sousa, o qual se achava tambem descontente do governo d'elle Jeronymo de Mendonça, assim por lhe advertir as obrigações do seu posto, de que só usava para as suas conveniencias particulares; como porque o havia obrigado ao pagamento de algumas dividas, dando ajuda e favor para que se cobrassem outras que deviam seus primos João Paes de Castro e Estevão Paes Barreto a varias pessoas da Praça, e a outro rimo seu por nome João Paes Barreto, com o qual havia grandes duvidas e differenças, por ser a contenda sobre partilha de bens que os sobreditos possuíam, sem quererem dar a parte que tocava a sua Irmã, com quem o dito João Paes Barreto tinha amizade de muitos annos, e com muitos filhos. E por que se lhe retinham seus bens a não queria receber por mulher, no que elle Jeronymo de Mendonça foi forçado a intervir, não só para compôr as differenças, mas para evitar o escandalo que geralmente havia disto; e resultou desta acção digna do maior louvor ficassem os sobreditos seus desafeiçoados; e como eram os principaes e mais poderosos foram chamando á sua parcialidade muitos parentes e amigos, alguns dos quaes eram os officiaes da Camara da Villa de Olinda naquelle anno, a saber: Andrés de Barros Rego, João Ribeiro, Lourenço Cavalcanti e Domingos Dias Sueiro.

Sucedeu neste meio tempo chegar ao Porto do Recife um Pinque⁷⁶ francez destrocado e com falta de mantimentos para a derrota a que dizia era enviado por El Rei Christianissimo⁷⁷; sobre cuja chegada fez elle Jeronymo de Mendonça aviso a V. M. e ao conde de Obidos, Vice-Rei do Estado, e lhe foi respondido por V. M. e pelo dito conde que se devia haver com o navio como de amigos e alliados, fazendo-lhe dar a conducção necessaria e apresto possivel para seguir sua viagem para a ilha de S. Lourenço⁷⁸, advertindo-se-lhe houvesse entendido, que com os navios e embarcações francezas, que a aquelle porto fossem ter ou a algum do Ultramar das conquistas deste Reino, se havia de haver com eles do mesmo modo que se lhe ordenava sobre o apresto do tal Pinque, a qual ordem deu elle o Governador pontual cumprimento.

Estando já o Pinque concertado e aparelhado para seguir sua viagem, chegaram ao porto do dito Recife onze Navios francezes, e por general desta Esquadra o

---

76. Embarcação de três mastros à latina.

77. O Saint-Jacques, de que tratamos anteriormente.

78. Madagascar. São Lourenço foi o nome dado à ilha por Diogo Dias em 1500.

Marquez de Bonvert [sic – Mondevergue], o qual com oito mezes de viagem dizia vinha buscar áquelle Porto o remedio de suas embarcações que se achavam destrôcadas, gente que trazia doente, e sem mantimentos para seguir sua derrota e viagem á ilha de S. Lourenço, para onde diziam eram enviados por o Rei Christianissimo; e porque a ordem de V. M. lhe permittia a entrada, apresto e soccorros, lhe franqueou tudo elle Governador Jeronymo de Mendonça; porém com tal cautela e advertencia que sendo o recebimento de amigos houvesse prevenção como para inimigos, segurando a defesa da Praça com munições e artilharias, fazendo convocar com bandos, editaes e cartas as Camaras das Villas da dita Capitania, e pessôas nobres e principaes della, para que a Praça do Recife se achasse com mais gente; e para que todos fossem certos da ordem que tinha de V. M. para licenciar a entrada; diligencia que lhe pareceu ser necessaria por que toda a costa do Brasil estava inquietta com a chegada dos ditos Navios, da qual elle Jeronymo de Mendonça logo deu parte ao Vice Rei, para que tivesse entendido a causa que havia para a dita Esquadra aportar na dita Capitania.

Tendo assim elle Jeronymo de Mendonça acutelado os successos contrarios, fez aparelhar e prevenir a defensão daquella Praça com guarnições e presidios reforçados na Força do Brum, Mar, Cinco Pontes [sic – Pontas], Tamandaré, Itamaracá, e ainda Parahyba e Rio Grande; e com rondas continuas de noite e de dia desde a Força do Brum até a Barreta, onde por ser facil a entrada mandou pôr companhias de guarda com successivas sentinelas para que se pudesse acudir com ajuda da Força das Cinco Partes [sic; Pontas], que era vizinha, guarnecendo do mesmo modo a plataforma do Recife com outra companhia de guarda, e a ponte do Recife com outra companhia, havendo nas mais forças duas companhias em cada uma, com tal acerto e disposição, que não era possivel passar para o Recife, nem do Recife para a costa embarcação alguma de qualquer qualidade que fosse, sem que fosse vista e reconhecida tanto pelas vigias de terra, como pelas rondas, que trazia no Rio.

E assim disposto e aparelhado em cumprimento das ordens de V. M., permittiu elle Jeronymo de Mendonça sahisse á terra o dito Marquez General, cujo recebimento foi feito com grande festejo, notavel autoridade, e consideravel despesa da fazenda propria nos banquetes, hospedagem, e refrescos que mandou a toda a armada; ordenando tudo ao intento de que aquelles estrangeiros vissem que ainda nas conquistas remotas tinha S. M. vassallos que tanto zelavam e acudiam pelo credito e reputação da sua Real Corôa.

No mesmo tempo mandou lançar bandos para que os moradores da dita Capitania se houvessem com os Francezes como amigos e naturaes, fazendo-lhes todo o bom tratamento; e para que fossem providos do necessario ordenou baixassem do certão mantimentos em quantidade, dando-lhes alojamentos convenientes a suas pessôas, e dispondo fossem providos e assistidos dos remedios, e medicinas de que necessitavam os doentes, á vista do que publicava o dito general, cabos maiores e mais gente da armada, que elle Jeronymo de Mendonça era o vassallo mais honrador do seu Rei que podia haver em toda a Europa. E porque alguns dos Navios da Armada vinham abertos com aqua, intentaram os Francezes entrar no Porto com toda a Esquadra,

no que não quis consentir elle Jeronymo de Mendonça, com a atenção nos successos menos favoraveis á Corôa de V. M., e só permittiu licença para que fossem entrando dos navios uns sós, e querenado, e concertado este, sahindo para fora, entrasse outro; e ainda para esta licença fez convocar as Camaras, e pessoas principaes para saber de todos se convinham neste seu parecer, no qual não dissentiam.

Com a entrada dos Francezes na terra, e armada ancorada, tiveram motivo aquelles perturbadores já referidos para executarem a sua desafeição; e assim se espalhou uma voz lançada pelo dito Mestre de Campo D. João de Sousa e João Fernandes Vieira, que o Governador tinha vendido a Praça aos Francezes, e que estes tinham metido muitas armas no Recife, em um hospicio que nelle têm os Capuchos Francezes, e que em qualquer hora que lhes parecesse accommodada se levantariam; e o Governador lhe faria a entrega e se daria saque no Recife e na Capitania; e como este dito, ao menos tinha alguma apparencia pela assistencia da Armada com gente em terra, se deixaram entrar os Moradores de algum receio e temor de que assim pudesse succeder, maiormente sendo os que espalhavam estas vozes os principaes da terra, de cujas intelligencias se podia entender tinham razão para segurarem o que publicavam, com o pretexto de zelo e fidelidade á Real Corôa de V. M., cobrindo-se com esta capa a maior insolencia e traição, para a qual iam dispondo os animos dos moradores para a resolução que tinham premeditado.

Teve elle Jeronymo de Mendonça noticias de algumas destas vozes, e por divertir a Zizania que a Malicia de tão perversos homens semeava, fez cercar o tal hospicio com o terço do mesmo Mestre de Campo João de Sousa, e dar busca nelle, da qual resultou não se achar arma alguma de fogo, nem indicios de que ali houvesse o que se publicava.

Com tudo não valeu esta diligencia; nem a satisfação geral que se tinha do Governo d'elle Jeronymo de Mendonça, para dissuadir os taes motinadores de seu máu intento, porque achando-se estes com muita gente da que se havia convocado, uns amigos e parentes, outros levados da voz vaga que se havia lançado, de que a terra se entregava aos Francezes, depois de se haverem feito varias juntas na casa de um João de Novalhas e Urréa, homem poderoso por rico com rendas de contratos, e senhor de dois Engenhos, sendo na noite do ultimo dia de Agosto do anno passado de 666 se fez a ultima junta na tal casa, achando-se nella André de Barros Rego, que servia de juiz ordinario, João Ribeiro, Domingos Dias Sueiro, João Baptista Achioli, João Gomes de Mello, o dito João de Novalhas, e Manuel Gonçalves Corrêa, secretario que era do Governo; e se tomou por resolução que no dia seguinte ajuntassem os parciaes e amigos com seus criados e escravos, todos muito bem armados, e que com o corpo da Camara para levar o povo o seu intento se investisse a pessoa do Governador, dizendo-se o queriam prender por traidor, e que á primeira voz que elle dêsse ou acção de repugnancia o matassem, e que para melhor se effectuar o intento se supusesse um enfermo, pessoa de sua confiança, com aperto que necessitava de Sacramento, e chamando-se o da Eucharistia, o que costumava sempre acompanhar o Governador, nesta occasião se dêsse á execução o intento; e quando succedesse não vir ao acompanhamento, se lhe entrasse a casa, e se parecesse necessario

se lhe assestasse a artilharia, e se pusessem barris de polvora para que deste modo o matassem.

E porque tinham de sua parcialidade o Vigario, que era então Estevão dos Santos, e o Vigario da matriz do Recife Antonio da Silva, communicaram com estes aquelle tratado da vocação do Sacramento, para que mais a seu salvo obrarem o que intentavam, e assim como foi machinado succedeu; porquanto suppuzeram estar doente hum Mulato seu parcial, e chamaram o Senhor para elle; e sahindo o foi acompanhar elle Jeronymo de Mendonça; e porque se aparelhasse tudo o que tinha disposto detiveram o Senhor na casa do tal enfermo suposto por espaço quasi de uma hora, com o pretexto de que reconciliava, e tinha vomitos; e com efeito se deu o Senhor ao Mulato que estava são e bem disposto, e sem temor, nem consideração a uma tão grave, execranda e abominavel acção, como foi tomar o Santissimo Sacramento por instrumento de sua maldade.

Recolheu-se o acompanhamento á Igreja, e ao sahir dela, elle Jeronymo de Mendonça, achou tomadas as ruas com ajuntamento de muitas pessoas armadas; e perguntando a causa daquela novidade o investiu o Juiz André de Barros Rego, acompanhado de outros officiaes da Camara, que eram os sobreditos Lourenço Cavalcanti, João Ribeiro, Domingos Dias Sueiro; e chegando-se para elle Jeronymo de Mendonça, com a mão apunhada á espada, lhe disse estivesse preso da parte de V. M.; e respondendo a esta acção que era seu Governador, e que se não deviam haver com elle com aquelles termos, e que se aquietassem, que se havia cousa do serviço de V. M. e do bem comum que elle pudesse obrar o faria, e que lhes advertia o não podiam prender, mas só obedecer como vassallos que eram de V. M., a cujas razões lhe foi respondido que se entregasse preso se não o matariam, e que tinham ordens de V. M. para fazer a tal prisão; e no mesmo tempo arrancaram muitos de espadas e outros metteram ao rosto muitas armas de fogo que traziam.

Vendo elle Jeronymo de Mendonça a resolução com que se lhe atreviam, e perigo de vida e ruina que se aparelhava a aquella Capitania, insistindo em se não entregar á prisão cuja resistência só podia fazer com a sua pessoa, porque alguns dos criados que o acompanhavam os tinham já presos, e alguns feridos, disse que se sossegassem e não fizessem motim (que era o intento para saquear o Recife, onde assistem os homens de negocio, lhe roubarem os livros de sua lembrança e creditos de grandes quantias a que estavam obrigados os principaes do motim), porque se V. M. ordenava fosse preso se entregava á prisão, e que vissem onde queriam a tivesse; ao que responderam que na Força do Brum, para onde elle Jeronymo de Mendonça foi logo andando entre o tumulto dos levantados, que eram capitaneados pelos sobreditos officiaes da Camara, que iam dando vozes:

– Morram os traidores!

Como o intento do motim levava tambem a consideração no saque do Recife, e roubo dos livros que se evitou com a advertencia d'elle Jeronymo de Mendonça não contradizer o intento dos levantados, por se aproveitarem estes da occasião, investiram os aposentos da morada d'elle Jeronymo de Mendonça, assim no Recife, como na villa de Olinda, e saquearam tudo o que acharam, que importava em

grande somma de fazenda assim em dinheiro, como prata, ouro, joias, ambar, movel precioso, miudezas de valor, sendo quasi toda esta fazenda de seu irmão Luiz de Mendonça, e do procedido de carregações, e encommendas de alguns fidalgos desta Côrte, parentes e amigos d'elle Jeronymo de Mendonça; e porque se advertiu aos officiaes da Camara que no descaminho de tal fazenda lhes podia resultar damno, por cõhonestarem o excesso e insolencia, fizeram continuar um chamado juramento, no qual se lançou uma limitada parte do que havia nos taes aposentos.

Com a mesma insolencia se entraram e saquearam as casas de morada do ouvidor que servia naquelle tempo, Francisco Franco Quaresma, do capitão Luiz Valença da Rocha, homem de grosso trato, e que corria com os negocios d'elle Jeronymo de Mendonça, do capitão Joseph Rodrigues, do alferes Pedro Pinto, pessoa de sua obrigação e homem de negocio da Praça, a quem acutilaram, e a todos estes prenderam na cadeia publica com rigorosas correntes, com muitas feridas; e do mesmo modo o Alferes Manuel Cardoso, Domingos Fernandes Reynão, que morreu na prisão, e um mulato, por nome Antonio de Figueirêdo, que eram as pessoas que assistiam na casa d'elle Jeronymo de Mendonça.

Na Fortaleza do Brum, em que aprisionaram a elle Jeronymo de Mendonça, em uma pequena casa, lhe tinham sentinellas á vista e de guarda quantidade de gente da parcialidade dos levantados; os quaes não consentiam que lhe entrassem a falar mais que as pessoas de sua confiança, nem que elle Jeronymo de Mendonça tivesse criados, nem cozinha, querendo que esta se fizesse por mãos de taes levantados, encaminhando tudo isto a se lhe dar peçonha, como foi publico; e porque com este receio não quiz aceitar o que se lhe dava, intentaram os mais empenhados na desafeição leva-lo para a freguesia de S. Lourenço, que é no sertão, em distancia do dito Recife, para ali darem á execução seu mau animo, cuja resolução se estornou por alguns dos parciais no levante, porem em menos paixão, e já arrependidos de os haverem mettido em tal caso.

Em todo o tempo que elle Jeronymo de Mendonça esteve na prisão lhe assistiu como seu carcereiro o Coronel Antonio Jacome Bezerra, a quem os sobreditos levantados entregaram sua pessoa, e a este dito coronel e ao dito juiz André de Barros, e a outros officiaes maiores, que na tal prisão lhe falavam. Representou elle Jeronymo de Mendonça por muitas vezes a sem razão que se lhe fazia, e o crime em que incorriam de faltarem á obediencia de seu governador, quebrantando as ordens de V. M., declarando-se no que obravam por traidores á sua real Corõa, e inobediencia á sua vassallagem; o que tudo podiam remediar ainda restituindo-o ao governo e confiando da sua palavra não attenderia a tão grave offensa, que por mais se não desservisse V. M., e aquella Capitania se não destruísse; do que tudo não fizeram caso os sobreditos. E sendo o dito Antonio Jacome por obrigado pelo posto o mais instado com estas instancias, foi o que menos se deixou persuadir dellas, entretendo com razões e desculpas de que ia saneando alguns dos ditos levantados; sendo que elle por si só podia obrar o que se lhe encarregava, pois tinha á sua ordem toda a infantaria e gente auxiliar que estavam de guarda na dita prisão.

Passados poucos dias depois da prisão, chegando a frota que vinha da Bahia a buscar os navios daquele Porto de Pernambuco, não consentiram os ditos levantados que se lançasse em terra gente de guerra; e logo fizeram embarcar a elle Jeronymo de Mendonça, entregando-o no Rio ao almirante Victorio Zagallo, para que o trouxesse preso, sem lhe dar nem ainda o necessario para o trato e uso de sua pessoa, e matolotagem para a viagem.

Logo que os ditos officiaes da Camara fizeram a prisão dele Jeronymo de Mendonça, se introduziram em todo o governo da Capitania, dando ordens e dispondo o que lhes pareceu, fazendo Regulos, e com procedimentos absolutos e violentos descompuzeram a muitos moradores, publicando não haviam de consentir governador posto por V. M. se não com as clausulas e condições que eles apresentassem; e porque queriam ter disposto tudo a seus intentos, e podia succeder que os officiaes da Camara que entrassem no anno seguinte se não conformassem com as exorbitancias e insolentes excessos que os taes levantados haviam commettido, abriram o cofre dos pelouros que estavam feitos e os queimaram, e ordenaram nova eleição a seu modo para que servissem na Camara os mesmos parciais e que concorreram no levante, como de facto succedeu, porquanto os que de presente servem na Camara são os que machinaram o motim com os sobreditos, cujos nomes dos mais principaes se declaram aqui, e são os seguintes:

João Fernandes Vieira, governador que foi de Angola;

D. João de Sousa, mestre de campo de um dos terços de infantaria daquella Capitania;

André de Barros Rego, que servia de juiz ordinario;

João Ribeiro, que tambem servia de vereador;

Domingos Dias Sueiro, que era procurador da Camara;

O licenciado Antonio de Mendonça, syndico da mesma Camara;

João de Novalhas e Urréa, em cuja casa se faziam as juntas e consultas;

João Baptista Achioli e seus irmãos;

O coronel Antonio Jacome Bezerra;

Diogo Jacome Bezerra, Luis do Rego Barros, Capitão-mór da povoação de São Lourenço;

O capitão João Bezerra, irmão dos ditos;

O capitão João Pessoa Bezerra e um irmão seu;

O capitão Domingos Gomes de Britto;

Estevão Paes Barreto;

João Paes de Castro;

Manuel Gonçalves Corrêa, secretario do governo;

O vigario geral Estevão dos Santos;

O vigario da matriz do Recife Antonio da Silva;

Alguns dos officiaes da Camara da villa de Igarassú, cujos nomes não lembram;

Alguns dos officiaes da Camara da Ilha de Itamaracá, cujos nomes tambem não lembram;

Alguns officiaes da Camara da villa de Serinhaem cujos nomes não lembram.

E não menos se entende haver concorrido naquele levante com conselho e instancias o licenciado Manuel Diniz da Silva, o qual pela desafeição que tinha d'elle Jeronymo de Mendonça em razão d'elle haver estranhado os injustos procedimentos e excessos com se houve entrando na dita Capitania a exercer o cargo de ouvidor-geral, vindo para esta Côrte, se ficou correspondendo com o dito João Fernandes Vieira, de que se diz ser parente, e com o licenciado Antonio de Mendonça Cabral e João Baptista Achioli, com os quaes tem tambem razões de parentesco; e por avisos seus que se fizeram publicos, se espalhou que V. M. mandava prender a elle Jeronymo de Mendonça, e o havia deposto; e que os moradores o não deviam obedecer, e expulsa-lo do governo, e que tudo o que obrassem contra elle havia de ser bem aceito, porque os Ministros do governo e os que se entendia naquelle tempo eram mais poderosos insinuaram não seria mal recebida a tal resolução; e estes ditos em partes remotas não deixam de mover muito, e no caso presente se entendeu constantemente que com elles se levantaram mais facilmente os ditos levantados a tratarem e machinarem a conspiração que se tem referido; e sendo certo em termos de direito queos que dão conselho se contam como cúmplices nos delictos, e muito mais nos qualificados, tambem é sem duvida que o dito licenciado incorreu na mesma culpa que commetteram os motores do levantamento, cujo crime por ser de lesa magestade é a pena de morte natural, declaração de infamia nos descendentes, confiscação de bens para a fazenda de V. M., tanto pela conspiração, prisão e expulsão d'elle Jeronymo de Mendonça, sendo governador posto por V. M. com homenagem dada em suas Reaes Mãos, como por suporem ordens de V. M. para o tal excesso, introduzirem-se no governo, dando ordens e procedendo a prisões, sequestro e apprehensões de bens, sem jurisdição, nem culpas formadas contra alguns dos presos.

Esta, Senhor, é a verdadeira informação dos procedimentos d'elle Jeronymo de Mendonça, e dos exorbitantes excessos que os taes levantados commetteram. Não se acrescenta no relatado cousa alguma, antes se deixam de exprimir notaveis circumstancias: algumas por não dilatarem este papel, e outras por que se não entenda excede o conhecimento (?) de que as representa, valendo-se da occasião para fallar com mais largueza.

Somente se lembra a V. M., com humilde submissão que entende todo o Reino de Portugal e ainda os Reinos estranhos o não hão de desconhecer que Jeronymo de Mendonça, por sua qualidade, por filho de Pedro de Mendonça, por vassallo tão real de V. M., e tão zeloso de seu Real Serviço, como mostrou a experiencia no discurso de 18 annos continuos de assistencia nas fronteiras do Alentejo, com notaveis occasiões, e por haver deixado o serviço da sua religião de Malta, donde havia de tirar os aproveitamentos que he notorio, merecia que V. M. lhe fizesse mercê de uma satisfação que correspondesse ao agravo e á perda com que se acha, para que o seu credito não ficasse na apinião dos mal affectos vulnerado, nem a autoridade real menoscabada com o atrevimento de uns homens muito humildes por seus nascimentos, e por suas pessoas de nenhum préstimo. E para assim esperar esta satisfação se animava mais sabendo que por ordem de V. M. se commetteu a um Ministro da Casa da Supplicação o tirar devassa muito exacta dos procedimentos que tivera no

dito governo, nomeando-se por escrivão da tal devassa a outro Desembargador; e foi feita esta diligencia com grande segredo e não muita affeição dos Ministros, a que foi commettida; porque inqueriram intimando um grande numero de pessoas que vieram na frota do anno passado da Capitania de Pernambuco, e é também publico que, vista e revista esta devassa em tribunaes se não achou culpa por que pudesse proceder contra elle Jeronymo de Mendonça, e é de crêr que se a houvera a menor fora o procedimento por ella á correspondencia do cuidado com que se encarregou a diligencia.

Porem, se até aqui impediu alguma desafeição não se attender a razões tão importantes ao credito e reputação da coroa de V. M., agora, Senhor, confia elle Jeronymo de Mendonça se faça consideração a tudo o que respeita o negocio presente, para que neste Reino e nos estranhos se entenda que V. M., como Rei e Senhor, acode pela sua autoridade e pela honra de vassallos que a opinião do mundo avalia por honrado e bem procedido.

Na Europa, nos tempos modernos e mais antigos houve semelhantes successos, e os Senhores Reis voltaram tanto pela satisfação delles, que se mandou destruir cidades, e lugares inteiros, e muito populosos, entendendo-se que era mais conveniente soffrer estas perdas que ficar exemplo na falta do castigo para semelhantes insolencias; e foram honrados os governadores expulsos com grandes acrescentamentos, e de proximo o vimos praticado com o conde de Obidos, porque constando que a expulsão do governo da India fôra feita sem ordem de V. M. foi extranhado este procedimento com as demonstrações que é notorio; e provido o conde no governo do Estado do Brasil.

E ainda a pessoas de menos conta se deram satisfações publicas, como se viu na restituição de um ouvidor de São Thomé, que havia sido deposto pelo governador daquella Ilha; e o ouvidor de Pernambuco Manuel Diniz da Silva se restituiu ao mesmo lugar só pela autoridade e pundonor de um Tribunal. Sendo que as ordens de V. M. permittiam a resolução que elle Jeronymo de Mendonça tomou com o tal ouvidor; e sem se attender a esta razão e aos injustos procedimentos e exorbitantes excessos com que se houve este Bacharel se restituiu ao lugar; e não foi isto o menor motivo da decomposição que elle Jeronymo de Mendonça experimentou; e pois com os sobreditos se tomaram as referidas resoluções, parece não merece menos na qualidade, no serviço e no zelo que V. M. lhe faça a mesma mercê, que os mais receberam de V. M.

E não se instrue o proposto neste papel com documentos, porque confia elle Jeronymo de Mendonça será presente a V. M. pela devassa que se tirou a maior parte do relatado. Comtudo, sendo V. M. servido se juntarão cartas particulares de pessoas da dita Capitania, assim escritas a elle Jeronymo de Mendonça, como a outras pessoas desta Côrte, pelos mesmos homens que concorreram no levantamento, os quaes, reconhecendo o erro commettido, desculpando-se confessam a culpa dos mais, e a

pouca razão que tiveram os taes levantados para obrarem excessos tão escandalosos e em tanto deserviço de V. M.⁷⁹

– O verso do documento tem o seguinte despacho: ‘Que se juntem com os mais para correr os Srs. Ministros’.

– Vão os papéis sobre esta matéria juntos a esta consulta.

Conferido com o original existente no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, pelo Dr. Jerônimo de A. Figueira de Melo. – Cópia na Biblioteca Nacional [do Rio de Janeiro], Sec. Ms., I-35, 15, n.o 52.”

Fonte:

Cadernos do IEB 9 - São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros USP, 2016 p.53-64

---

79. As pretensões de Mendonça Furtado seriam frustradas por ter Afonso VI, de quem era partidário, abdicado a 23 de novembro de 1667, assumindo o poder como príncipe regente seu irmão D. Pedro, que de 1683 (após a morte de Afonso VI) a 1706 seria rei de Portugal com o título de Pedro II.